



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Sessão extraordinária

Ata N.º 03/2023

Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata n.º 01/2023, referente à reunião plenária de 20 de janeiro de 2023;
2. Proposta de alteração da calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2023;
3. Ratificação da Deliberação do Conselho Geral n.º 08/2023, que aprova a adesão ao consórcio entre a Universidade do Minho e Instituto Superior de Engenharia do Porto, emitida no exercício da delegação de competências prevista no n.º 7 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho;
4. Ratificação da Deliberação do Conselho Geral n.º 09/2023, que retifica o anexo à deliberação do Conselho Geral n.º 06/2023, na qual se aprova o valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho no ano letivo 2023/2024;
5. Apresentação e apreciação do Relatório: Entidades Participadas da Universidade do Minho - Análise Estratégica;
6. Proposta de alteração do Mapa de Pessoal da UMinho;
7. Informações sobre o Relatório de Contas Separadas da UMinho 2022 e sobre a evolução da situação financeira da UMinho em 2023;
8. Informações sobre a atividade dos Serviços de Ação Social em 2023;
9. Informações sobre a atividade da UMinho em 2023.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana Isabel Maia Nunes, António Joaquim Onofre de Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Carolina Santos Fraga, Joana Rodrigues Arantes Silva, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Luís António Martins Santos, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Margarida Isaías Ferreira dos Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Nuno Miguel Dias Cerca, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares.

Participaram por videoconferência o(a)s Conselheiro(a)s Ana João Gomes Rodrigues, Ángel Maria Carracedo Álvarez e António Carlos Fernandes Rodrigues. Justificou a ausência a(o)s Conselheira(o)s Marta Alexandra Teixeira Mestre. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

Previamente ao início da sessão, tomaram posse como representantes dos Estudantes no Conselho Geral, os/as estudantes Margarida Isaías Ferreira dos Santos, Joana Carolina Santos Fraga, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins e Ana Isabel Maia Nunes.

No ponto antes da ordem do dia, a Presidente prestou informações sobre o processo de revisão em curso do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e sobre o Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, a decorrer na Universidade de Évora, no próximo dia 12 de maio. Transmitiu, ainda, que o Conselheiro Joaquim Freitas assumiu novas funções profissionais na Câmara Municipal de Braga, tendo assumido o compromisso de, sempre que estiver em causa alguma discussão ou deliberação associada a esta Câmara Municipal, se ausentar da reunião. Informou, ainda, sobre o pedido de renúncia solicitado pela Conselheira Marta Mestre, como membro externo cooptado, salientando a necessidade de promover a sua substituição.

1. Aprovação da ata n.º 01/2023, referente à reunião plenária de 20 de janeiro de 2023

Foi colocada à votação a ata n.º 01/2023, referente à reunião plenária de 20 de janeiro de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade.

2. Proposta de alteração da calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2023

Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de alteração da calendarização das reuniões do plenário a realizar em 2023, ficando as próximas reuniões agendadas para as datas a seguir discriminadas: 27 de junho, 6 de outubro, 3 de novembro e 18 de dezembro.

3. Ratificação da Deliberação do Conselho Geral n.º 08/2023, que aprova a adesão ao consórcio entre a Universidade do Minho e Instituto Superior de Engenharia do Porto, emitida no exercício da delegação de competências prevista no n.º 7 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho

Foi aprovada, por unanimidade, a ratificação da Deliberação do Conselho Geral n.º 08/2023, que aprova a adesão ao consórcio entre a Universidade do Minho e Instituto Superior de Engenharia do Porto, emitida no

exercício da delegação de competências prevista no n.º 7 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho.

4. Ratificação da Deliberação do Conselho Geral n.º 09/2023, que retifica o anexo à deliberação do Conselho Geral n.º 06/2023, na qual se aprova o valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho no ano letivo 2023/2024

Foi aprovada, por unanimidade, a ratificação da Deliberação do Conselho Geral n.º 09/2023, que retifica o anexo à deliberação do Conselho Geral n.º 06/2023, na qual se aprova o valor das propinas a praticar nos cursos conferentes de grau da UMinho no ano letivo 2023/2024.

5. Apresentação e apreciação do Relatório: Entidades Participadas da Universidade do Minho - Análise Estratégica

Para apreciação deste ponto esteve presente o Vice-Reitor, Professor Eugénio Campos Ferreira, que apresentou os principais pontos do Relatório: Entidades Participadas da Universidade do Minho - Análise Estratégica. O Vice-Reitor começou por referir que o relatório foi elaborado na sequência de recomendações do Conselho Geral, no âmbito de uma apresentação prévia, e da Inspeção Geral de Finanças, no âmbito de auditorias na Universidade Minho. Salientou que é um relatório de diagnóstico e de caracterização económico-financeira das entidades participadas, não pretendendo ser um plano estratégico. Seguidamente, apresentou algumas informações sobre o conteúdo do mesmo.

- As Entidades Participadas, num total de 92, foram classificadas conforme a sua relação com a Universidade do Minho, dividindo-se em: a) Entidades controladas, se a participação da Universidade for superior a 50% ou, sendo inferior, se a Universidade detiver o poder final de decisão; b) Entidades associadas, se a participação da Universidade for de 20% a 50%; c) Outras entidades, se a participação da Universidade for inferior a 20%; d) Outras associações, sem percentagem de participação.
- Assumiram-se ainda “Outras Categorias de Entidades” categorizadas da seguinte forma: a) Clusters de competitividade; b) Laboratórios colaborativos (CoLABs); c) Interfaces, divididos em Centros de Interface Tecnológicos (CIT) e Centros de Tecnologia e Inovação (CTE); d) Unidades de I&D; e) Unidades diferenciadas.
- A análise financeira e a análise económico-financeira foram realizadas com recurso ao método dos rácios, tendo por base a informação contida nos Relatórios de Atividades e Contas, Balanços e Demonstrações Financeiras das Entidades Participadas entre 2018 e 2021. Os rácios financeiros utilizados foram os de Solvabilidade, Autonomia Financeira e Liquidez Geral, enquanto que os rácios

económico-financeiros adotados foram o de Rentabilidade do Capital Próprio e Rentabilidade Operacional do Ativo.

Finda a apresentação, foi colocado à votação o pedido do Vice-reitor de reserva do debate sobre o relatório apresentado, pelo facto do relatório conter informação confidencial sobre as Entidades Participadas, tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra do Conselheiro Miguel Martins e a abstenção das Conselheiras Patrícia Maciel e Joana Arantes.

Seguiu-se um período de debate sobre o relatório, em momento reservado ao Conselho, tendo o(a)s Conselheiro(a)s tido oportunidade de apreciar os resultados apresentados no mesmo, no que concerne as questões financeiras e estratégias das Entidades Participadas.

6. Proposta de alteração do Mapa de Pessoal da UMinho

O Administrador da Universidade do Minho, Dr. Eduardo Ferreira, esteve presente neste ponto e no seguinte. Começou por apresentar a proposta de alteração do Mapa de Pessoal da UMinho, informando que, apesar da proposta implicar um aumento do número de Recursos Humanos, não haverá acréscimos no orçamento da Universidade, uma vez que, após a análise do 1º trimestre, foi possível ajustar o respetivo orçamento de forma a acomodar as alterações propostas. Questionado pelo(a)s Conselheiro(a)s Joana Arantes, Victor Soares e Luís Santos sobre o motivo do aumento de 15 postos de trabalho na carreira docente universitária em regime de direito público a termo resolutivo certo e nenhum a termo indeterminado, o aumento do número de vagas para Assessor/Consultor/Auditor e a transição de 8 vagas da carreira informática para as carreiras gerais, ambos em regime de direito privado, informou que resultam das necessidades identificadas pelas Unidades Orgânicas e Unidades de Serviços, sendo que as vagas para Assessor/Consultor/Auditor estão enquadradas no âmbito dos Laboratórios Associados, correspondendo ao perfil de técnicos de apoio à investigação com doutoramento. Acrescentou, ainda, que, no caso dos investigadores e pessoal técnico, administrativo e de gestão, o regime fundacional apenas permite a contratação ao abrigo do Código do Trabalho. Relativamente à preocupação manifestada pelo Conselheiro Miguel Martins sobre a falta de resposta aos estudantes pela Unidade de Serviços de Gestão Académica, reconheceu que existe, muitas vezes, lentidão nos processos e nas respostas nesta e noutras Unidades de Serviços, devido ao seu subdimensionamento em termos de Recursos Humanos, que resulta do crescimento da Universidade nos últimos anos, sendo a situação agravada pela pouca digitalização dos serviços.

O Reitor secundou a intervenção do Administrador, salientando que a estratégia no âmbito desta matéria é idêntica aos anos anteriores e que a proposta apresentada decorre das auscultações efetuadas às Unidades Orgânicas e às Unidades de Serviços, que têm, entre si, realidades e necessidades diferentes e que foram

devidamente ajustadas. Por fim, realçou o esforço da Universidade do Minho em incentivar a contratação de investigadores a termo indeterminado e que se reflete na proposta apresentada.

O(A)s Conselheiro(a)s Tiago Miranda, Ana Isabel Nunes e Cláudia Pascoal transmitiram a sua dificuldade em analisar a proposta por lhes parecer muito genérica, na medida em que não identifica a distribuição dos Recursos Humanos pelas Unidades Orgânicas e Unidades de Serviços, não lhes permitindo analisar qual é a estratégia de distribuição destes recursos.

O Administrador e o Reitor referiram que o levantamento foi feito por Unidade e o quadro foi elaborado com base nas respetivas necessidades, tendo acolhido a sugestão de melhoria apresentada pelo(a) Conselheiro(a)s para apresentações futuras. O Reitor acrescentou algumas notas relativamente aos investigadores e professores. No caso dos investigadores, informou que existe um modelo, que assenta num conjunto de critérios que foram oportunamente negociados e acordados com as Unidades Orgânicas e que permite determinar como é que estas posições são atribuídas às diferentes Unidades Orgânicas. Quanto aos professores, explicou que se baseia atribuição de Orçamento de Estado relativa à imputação do número de estudantes equivalentes a tempo inteiro (ETI) em cada Unidade Orgânica, através da qual se determina o número de vagas disponíveis para cada Unidade Orgânica, havendo algumas Unidades com margem de crescimento porque os estudantes imputados estão acima daquilo que resultaria da aplicação da fórmula que se aplicaria a essa Unidade, e havendo, por outro lado, Unidades com margens menores, mas que têm necessidades inultrapassáveis e que, nesse sentido, têm de ser supridas com contratos a termo resolutivo certo.

No exercício da competência prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, homologados pelo Despacho Normativo n.º 15/2021, de 5 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 115, de 16 de junho, sob proposta do Reitor, o Conselho Geral deliberou, por maioria, aprovar a alteração ao mapa de pessoal da Universidade do Minho do ano de 2023 – Deliberação do Conselho Geral n.º 10/2023.

Encontravam-se ausentes durante a votação o(a)s Conselheiro(a)s Ana João Rodrigues, Ángel Carracedo e Joaquim Freitas. Abstiveram-se da votação o(a)s Conselheiro(a)s Ana Isabel Nunes, Cláudia Pascoal, Joana Arantes, Luís Santos, Patrícia Maciel, Tiago Miranda e Victor Soares.

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do Regimento do Conselho Geral, o Conselheiro Nuno Cerca não participou na votação, por entender existir um conflito de interesses relativamente à matéria em apreciação, uma vez que o pedido de aumento das posições de Assessor/Consultor/Auditor foi solicitado pelo próprio, para o cumprimento dos requisitos do financiamento do Laboratório Associado.

7. Informações sobre o Relatório de Contas Separadas da UMinho 2022 e sobre a evolução da situação financeira da UMinho em 2023;

O Administrador fez uma breve apresentação sobre o Relatório de Contas Separadas da UMinho 2022 e sobre a evolução da situação financeira da UMinho em 2023, realçando os aspetos infra referidos.

- Relativamente à análise orçamental de 2022, realçou o aumento do saldo de gerência em 2022 em comparação com 2021 e dos fundos disponíveis, os quais em 2021 estavam num valor negativo de cerca de 6,7 milhões e em 2022 apresentam um resultado positivo de cerca de 4,7 milhões.
- Na análise económica e financeira, destacou:
 - aumento do ativo em aproximadamente 4,9 M€, justificado, essencialmente por um acréscimo no montante de cerca de 10,4 M€ na rubrica caixa e depósitos e pelo aumento das dívidas de clientes, contribuintes e utentes, no montante de 500 k€. Por outro lado, a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, reflete uma diminuição das dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, no montante de cerca de 4 M€ e o ativo não corrente registou uma diminuição de aproximadamente 2 M€;
 - aumento do passivo em aproximadamente 0,7 M€, justificado, essencialmente pela variação positiva de 5,7 M€ na rubrica de outras contas a pagar. Por outro lado, as provisões registaram um decréscimo de 0,8 M€, as dívidas a fornecedores em 31 de dezembro de 2022 registaram uma diminuição de 2,8 M€ e a rubrica de diferimentos evidencia um decréscimo de 1,5 M€;
 - aumento do Resultado Líquido que passou de um resultado negativo de cerca de 1 M€ para um resultado positivo de cerca de 3,3 M€.
- Em termos da análise orçamental relativa ao 1º trimestre de 2023, salientou os seguintes aspetos:
 - quadro com folga orçamental, com uma variação positiva em cerca de 30 M€;
 - percentagem da execução da receita em 2023 ligeiramente abaixo do que em 2022, facto que se explica com os montantes que foram recebidos no início de 2022, que tinham transitado e que deveria ter sido pago em 2021;
 - na execução da despesa, a situação é semelhante ao ano anterior em termos de cabimentos, compromissos assumidos e despesas pagas;
 - na análise às dívidas das entidades financiadoras, existe um montante líquido de 14,6 M€ a receber, o qual reflete um aumento face ao ano anterior relacionado com o aumento de valores de adiantamento pedidos por via do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Referiu que, no final de 2022, foi feito um esforço de acelerar pedidos de pagamento às entidades financiadoras de forma a reduzir a dívida, tendo havido transferências recebidas nos últimos três dias do ano no valor de cerca de 3 M€.

O Conselheiro Nuno Cerca interveio no sentido de esclarecer se seria possível candidatar-se a projetos da Agência Nacional de Inovação (ANI) com adiantamento, uma vez que é uma entidade financiadora com um valor elevado de dívida (quase 5 M€) e sem financiamento em projetos em execução por adiantamento, ao que o Administrador e o Reitor informaram que têm promovido junto das Unidades Orgânicas a candidatura a projetos em execução por adiantamento.

O Conselheiro Paulo Sampaio questionou se o valor em dívida das entidades financiadoras diminuiu ou aumentou no primeiro trimestre, tendo o Administrador informado que se mantém num valor bastante significativo.

O Conselheiro Miguel Martins manifestou a sua discordância para com a estratégia que tem vindo a ser adotada pela Universidade, quer no âmbito do regime fundacional, quer na crescente autonomia financeira das Unidades, especificamente as Unidades Interdisciplinares, que considera ser danosa para a Universidade e respetiva Comunidade Académica. A Presidente informou que o regime fundacional foi recentemente avaliado e que não está neste momento em discussão e que a questão da autonomia financeira das Unidades será debatida no âmbito da revisão dos Estatutos em curso.

O Conselheiro Tiago Miranda assinalou e congratulou a melhoria da situação financeira, tendo questionado se a entrada de receita nos últimos dias do ano poderá ter algum impacto na receita de 2023. Por outro lado, perguntou se a maior folga atualmente existente poderá significar maior fluidez dos projetos de investigação em termos de execução de despesa.

O Conselheiro Luís Santos reforçou a nota de saudação, tendo, ao mesmo tempo, manifestado alguma apreensão em relação ao volume da dívida das entidades financiadores, perguntando, por isso, se haveria já em curso a ativação de medidas de pressão para reduzir a mesma. Relativamente às Unidades Orgânicas, realçou que há sete Unidades com resultados negativos, tendo, por isso, perguntado se estes resultados poderão ter impacto na evolução das respetivas necessidades nos próximos trimestres. Em oposição, pediu mais esclarecimentos sobre a situação financeira bastante favorável da Unidade de Governo e Administração (UGA). No âmbito do relatório de atividades e contas separadas, fez referência a um tópico sobre qualidade de vida nos campi, no qual se referiu que foram adotadas iniciativas com sistemas de monitorização energética, tendo o Conselheiro realçado a necessidade de tomar medidas mais dinâmicas na procura de soluções de fontes de energia e sugerindo que essa intenção fosse de alguma forma transcrita no relatório.

O Conselheiro Tiago Silva colocou várias questões relativamente ao relatório de atividades e contas de 2022 e execução financeira em 2023: i) qual é a estratégia da Reitoria para a contratação de investigadores de carreira?; ii) a previsão de abertura de cem concursos para professores associados pretende reforçar o quadro docente atual ou é relativa à promoção de professores da UMinho?; iii) relativamente aos cursos

interinstitucionais, no âmbito por exemplo da Universidade Sem Fronteiras e da Aliança Universitária Europeia Arqus, como é feita a articulação institucional entre as Universidades e as tutelas de cada país?; iv) sobre a execução financeira em 2023, e recuperando uma afirmação de que não haveria constrangimentos na aprovação de cabimentos, poderá estar a acontecer de as Unidades Orgânicas não estarem a cabimentar por não terem orçamento e haver constrangimentos nesse sentido?

O Conselheiro Victor Soares transmitiu a sua preocupação com alguns aspetos transversais no âmbito do relatório de atividades, nomeadamente sobre o SIADAP e o PREVPAP. No âmbito do SIADAP, alertou para a falta de cumprimento dos prazos e da morosidade no geral associada a este processo, com consequências ao nível da atividade do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão (PTAG). Por outro lado, no que concerne o PREVPAP, transmitiu algumas situações que lhe foram reportadas, solicitando a inclusão deste ponto na agenda da próxima sessão plenária, de forma a melhor avaliar as mesmas. Em relação ao processo de revisão estatutária, referiu que, após o início deste processo, tem havido notícias que mostram avanços no processo de revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), pelo que considerou que a revisão estatutária poderá ser um processo inglório, na medida em que, quando estiver concluído, a Universidade corre o risco de ter de o reiniciar. Por fim, salientou que é muito importante que a gestão da Universidade seja feita de acordo com uma visão integrada dos processos e com uma gestão muito focalizada nas pessoas, nomeadamente no seu bem-estar e numa verdadeira gestão das respetivas carreiras, algo que muitas vezes não acontece, verificando-se uma gestão muito casuística.

Antes de conferir a palavra ao Administrador, a Presidente remeteu a questão relativa à revisão estatutária para a sessão de trabalho que o Conselho terá da parte da tarde.

O Administrador reforçou que foram adotadas várias medidas que permitiram melhorar a situação orçamental e económica da Universidade, entre as quais a priorização de pagamentos de projetos financiados, que resultou no recebimento de uma verba significativa no final do ano, mas sem implicações dentro das previsões que já tinham sido feitas relativamente ao orçamento de 2023. Relativamente ao desempenho financeiro das Unidades Orgânicas em 2023, reforçou que não houve qualquer impedimento na atribuição de orçamento, referindo que, sempre que as Unidades solicitaram orçamento adicional ou antecipação dos trimestres subsequentes ao Conselho de Gestão, o orçamento foi atribuído. No final do primeiro semestre, o Conselho de Gestão irá reavaliar o orçamento e adotará as medidas que forem necessárias para garantir o equilíbrio orçamental da Universidade. Sobre a adoção de medidas de redução de impacto energético, informou que estão a ser avaliadas várias medidas nesse âmbito, que serão aplicadas na medida do que for possível financiar, tendo em atenção todas as necessidades da Universidade. Por fim, no que concerne a folga da UGA, referiu que se deve ao facto de o orçamento ter sido diferente do habitual, o qual possibilitou a que o orçamento fosse libertado de forma a que pudessem ser executados mais projetos e aumentar o saldo de gerência.

8. Informações sobre a atividade dos Serviços de Ação Social em 2023;

Face ao adiantado da hora, não foi alvo de apreciação o ponto 8. da agenda da reunião, referente a informações sobre a atividade dos Serviços de Ação Social em 2023, tendo sido adiado para a próxima sessão plenária do Conselho a realizar em 27 de junho de 2023 e sido acordado que o Reitor enviaria as mesmas por escrito para divulgação pelos Membros do Conselho.

9. Informações sobre a atividade da UMinho em 2023

Face ao adiantado da hora, não foi, igualmente, alvo de apreciação o ponto 9. da agenda da reunião, referente a informações sobre a atividade da UMinho em 2023, tendo sido acordado que o Reitor enviaria as mesmas por escrito para divulgação pelos Membros do Conselho.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou terminada a reunião às 13h37m, tendo sido lavrada a presente minuta da ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

O Secretário,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 3/2023

5 de maio de 2023

Membro	Rubrica
Ana Isabel Maia Nunes	
Ana João Gomes Rodrigues	Participação por videoconferência
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Carlos Fernandes Rodrigues	Participação por videoconferência
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Carolina Santos Fraga	
Joana Rodrigues Arantes Silva	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	(Parte da tarde)
Luís António Martins Santos	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Margarida Isaías Ferreira dos Santos	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Joana Raposo Marques Vidal	
Marta Alexandra Teixeira Mestre	
Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins	Miguel Afonso Neves G.S. Martins
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patricia Espinheira Sá Maciel	Patricia Maciel
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	